Processo nº 166/2004

Data: 29.07.2004

Assuntos : Medida de coacção de prisão preventiva.

Pressupostos.

“Crime incaucionável”.

SUMÁRIO

1. Com o estatuído no artº 193º do C.P.P.M., previu o legislador local a figura dos “crimes incaucionáveis.
2. Assim, existindo nos autos fortes indícios da prática por parte do ora arguido de, (nomeadamente), um crime de “ofensa grave à integridade física” p. e p. pelo artº 138º do C.P.M. com pena de prisão de 2 a 10 anos, bem se vê que, atento o preceituado no artº 193º n.ºs 1 e 2 do C.P.P.M., “devia” o Mmº Juiz de Instrução Criminal aplicar ao arguido a medida de coacção de prisão preventiva.

O relator,

José Maria Dias Azedo

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. A, arguido com os sinais dos presentes autos, não se conformando com a decisão proferida pelo Mmº Juiz de Instrução Criminal que – considerando-o indiciado pela prática em concurso, de dois crimes de “ofensa à integridade física”, sendo um “simples” e o outro “grave”, e ainda de um crime de “posse de arma branca” – lhe decretou a medida de coacção de prisão preventiva, da mesma veio recorrer para, na motivação que ofereceu, concluir que:

“1ª Entende o recorrente, salvo melhor opinião, que não pode existir no nosso ordenamento jurídico a figura do crime incaucionável, uma vez que viola os princípios fundamentais do processo penal e o princípio da liberdade assentes em ideais democráticos enraizados há longa data na nossa

sociedade.

- 2^a *O Mº JIC não tem razão quando considera que o arguido pode perturbar a ordem e tranquilidade públicas.*
- 3^a *O Mº JIC não fundamenta esta conclusão, não justifica por que razão a pessoa em concreto é um perigo para a sociedade.*
- 4^a *O arguido é primário e não é, até prova em contrário, um delinquente habitual ou por tendência.*
- 5^a *O artigo 193º do CPP, não é de aplicação obrigatória.*
- 6^a *Se o legislador quisesse impor como obrigatória essa medida nada lhe custaria tê-lo feito de forma inequívoca, utilizando, por exemplo, a expressão o juiz aplicará ao arguido a medida de prisão preventiva.*
- 7^a *O arguido explicou que usou a faca para se defender de outros agressores e que a situação em que se encontrava era de plena violência física entre várias pessoas.*
- 8^a *O arguido não usou a faca gratuitamente, usou-a em legítima defesa, para defender a sua integridade física e a de um amigo seu de nome Ah Hong, repelindo, deste modo, uma agressão actual e ilícita de interesses juridicamente protegidos.*
- 9^a *Neste sentido, entendemos que o arguido agiu com excesso de legítima defesa.*
- 10^a *Como medida de coacção excepcional e subsidiária, a prisão*

preventiva só deverá ser decretada havendo fortes indícios de prática de crime doloso de limite máximo superior a três anos e se se considerar inadequadas e insuficientes as outras medidas de coacção não privativas da liberdade.

11ª A aplicação da prisão preventiva, nesta fase, é excessiva e inadequada, pelo que o arguido deveria aguardar os ulteriores termos processuais em liberdade provisória, ficando sujeito a outras medidas de coacção que não a privativa da liberdade.

12ª Salvo o devido respeito e melhor opinião, o despacho do Mo JIC posto em causa viola os princípios da adequação, da proporcionalidade, da subsidiariedade, da suficiência e o da presunção da inocência do arguido.

13ª Também, o mesmo despacho viola os artigos 31º e 32º do Código Penal e os artigos 178º, 188º e 193º do Código de Processo Penal”; (cfr. fls. 10 a 17).

Respondeu o Ministério Público afirmando dever-se rejeitar o recurso por o considerar manifestamente improcedente; (cfr. fls. 19 a 21-v).

Seguiram os autos os seus termos e, em sede de vista, opina a Exm^a Procuradora-Adjunta no sentido de se dever confirmar a decisão recorrida; (cfr. fls. 272 a 274).

Lavrado despacho preliminar e colhidos os vistos dos Mm^{os} Juizes-Adjuntos, vieram os autos à conferência; (cfr. art^o 409^o, n^o 2, al. c) do c.P.P.M.)

Nada obstando, cumpre decidir.

Fundamentação

2. Busca o arguido ora recorrente a revogação da decisão judicial que lhe decretou a medida de coacção de prisão preventiva, afirmando nada a justificar e pedindo que em substituição daquela se lhe seja(m) imposta(s) outra(s) medida(s) de coacção não privativa(s) da liberdade.

Porém, como o afirmam os Exm^{os} Magistrados do Ministério Público que sobre o assim peticionado se pronunciaram, somos de opinião que a decisão recorrida merece a nossa adesão.

Com efeito, e tal como temos vindo a entender, somos de opinião que com o estatuído no art^o 193^o do C.P.P.M., previu o legislador local a figura dos “crimes incaucionáveis”; (cfr., v.g., os Acs. deste T.S.I. de 07.02.2002, Proc. n^o 11/2002; de 13.09.2001, Proc. n^o 163/2001; de 26.07.2001, Proc. n^o 139/2001; de 26.04.2001, Proc. n^o 56/2001; de 29.03.2001, Proc. n^o 55/2001; de 07.12.2000, Proc. n^o 192/2000; de

21.09.2000, Proc. nº 135/2000, e, no mesmo sentido ainda, o Ac. do então T.S.J. de 27.07.98, Proc. nº 882; assim como, F. Dias, Maria João Autunes e Alberto Mendes, in “Comunicações” apresentadas nas “Jornadas do Novo Código de Processo Penal”, 1997). Pode-se – é certo – discordar de tal opção legislativa, o que se compreende e respeita. Porém, ao Tribunal cabe apenas aplicar o direito, em estrito respeito das normas de interpretação no artº 8º do C. Civil consagradas.

Assim, existindo nos autos fortes indícios da prática por parte do ora arguido de, (nomeadamente), um crime de “ofensa grave à integridade física” p. e p. pelo artº 138º do C.P.M. com pena de prisão de 2 a 10 anos, bem se vê que, atento o preceituado no artº 193º nºs 1 e 2 do C.P.P.M., “devia” o Mmº Juiz de Instrução Criminal aplicar ao arguido ora recorrente a medida de coacção de prisão preventiva.

Importa pois ter presente o disposto no nº 1 do citado artº 193º, onde se estatui que “Se o crime imputado tiver sido cometido com violência e for punível com pena de prisão de limite máximo superior a 8 anos, o juiz deve aplicar ao arguido a medida de prisão preventiva”, e atentar no consagrado no artº 178º, nº 3 do mesmo código, onde se preceitua que “Sem prejuízo do disposto no artigo 193.º, a prisão preventiva só pode ser aplicada quando se revelarem inadequadas ou insuficientes as outras medidas de coacção”; (sub. nosso).

Alega porém o ora recorrente que “usou a faca em legítima defesa”, “para defender a sua integridade física e a de um amigo seu”, tendo assim “agido com excesso de legítima defesa”; (cfr. concl. 8ª e 9ª).

Contudo – para além de não ser de olvidar que como o próprio recorrente claramente declara, “só ele tinha arma, e os restantes indivíduos, quer seja do seu grupo quer seja do adversário, não tinham usado qualquer instrumento no acto de agressão” (cfr. fls. 235º, 1º§) – não nos parece que a sua conduta seja de considerar como “atitude defensiva” a fim de “repelir uma agressão actual e ilícita”, pelo que, não sendo sequer de se considerar como “defensiva”, não nos parece que possa ser qualificada como “excesso de legítima defesa”.

Na verdade, e tal como bem salienta a Exmª Procuradora-Adjunta no seu douto Parecer, o ora recorrente, logo depois de chegar ao local onde ocorreram os factos matéria dos presentes autos, “participou activamente” na agressão, de onde resulta, a nosso ver, uma “intenção deliberada em agredir” e não uma agressão movida pela imperiosa necessidade de repelir uma agressão actual e ilícita da qual eram ele e o seu alegado amigo os visados; (vejam-se, a propósito, as declarações do ofendido do crime de “ofensa grave”, a fls. 222 e 223, onde se refere que “queria fugir, mas foi agredido”).

Por fim, é ainda o recorrente de opinião que a medida de coacção

de prisão preventiva que lhe foi aplicada é excessiva e inadequada e que inobservados foram os requisitos do artº 188º do C.P.P.M..

Quanto ao alegado “excesso” e “inadequação”, basta lembrar o que atrás se referiu quanto ao preceituado no artº 178º, nº 3 para se ver que nenhuma razão assiste ao ora recorrente.

Por sua vez, quanto à assacada inobservância do artº 188º do C.P.P.M., da mesma forma, somos de opinião que não procede. De facto, os pressupostos enunciados no dito comando são de verificação alternativa, e independentemente do demais, há que referir que crimes da natureza como os aqui em causa, nomeadamente, o de “ofensa grave à integridade física”, atento o local em que o mesmo ocorreu, causa, certamente, “perturbação da ordem e tranqüilidades públicas”. Basta pois ver os vestígios de sangue que no local, (plena via pública) ficaram – e que os autos ilustram – para se poder concluir pela “perturbação pública” em sua consequência.

Dest’arte nenhuma censura merece a decisão impugnada, com o que, improcede o presente recurso.

*

Decisão

3. Nos termos que se deixam expostos, em conferência, acordam, negar provimento ao recurso.

Pagará o recorrente a taxa de justiça que se fixa em 3 UCs.

Macau, aos 29 de Julho de 2004

José Maria Dias Azedo (Relator)

Chan Kuong Seng

Lai Kin Hong